

TJPE
Fis. *122*

3ª CÂMARA CÍVEL	
Recurso de Agravo no AI 0326129-6	NPU 0001047-73.2014.8.17.0000
Agravante:	HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo
Agravado:	Ewerton Kleber e Advogados Associados
Relator:	Des. Bartolomeu Bueno
ACÓRDÃO	

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASTREINTES. DESNECESSIDADE DA REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA COMINATÓRIA. RAZOABILIDADE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. As *astreintes* possuem caráter nitidamente coercitivo. Logo, o escopo precípuo desse instituto é compelir o demandado a cumprir a obrigação específica e por tal motivo, o valor da multa não pode ser ínfimo, ao ponto de não representar qualquer pressão para o devedor.
2. Considerando que a multa cominatória é imposta para compelir alguém a cumprir uma determinada obrigação e, no caso concreto, o destinatário da obrigação de fazer, ordenada pelo magistrado da instância de origem, é uma instituição financeira, não cabe a redução do valor de R\$ 500,00, sob pena de contribuir para a ineficácia da ordem judicial, além de desvirtuar a natureza da multa.
3. Recurso **IMPROVIDO**.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0326129-6, em que figura como Agravante **HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo** e como Agravado **Ewerton Kleber e Advogados Associados S/C**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do relator e das notas taquigráficas.

Recife,

28-1-2014

B. Bueno

Des. Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL	
Recurso de Agravo no AI 0326129-6	NPU 0001047-73.2014.8.17.0000
Agravante:	HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo
Agravado:	Ewerton Kleber e Advogados Associados
Relator:	Des. Bartolomeu Bueno
RELATÓRIO	

Cuida-se de Recurso de Agravo desferido contra decisão terminativa (fls. 92/93) que negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida pelo juízo de Direito da 27ª Vara Cível da Capital, a qual determinou, em caráter liminar, que a instituição financeira cancele a inscrição do nome da sociedade autora no SERASA, no prazo de 48 horas, sob pena de incidir multa de R\$ 500,00 por dia de descumprimento.

Em sede recursal, com fundamento no art. 557, *caput*, esta relatoria negou seguimento ao recurso em face da sua manifesta improcedência.

Nas razões recursais do Agravo Legal, o Recorrente requer novamente a redução do valor da multa diária, embasando-se nos argumentos já expostos no Agravo de Instrumento. Sendo assim, mais uma vez, o recorrente argumenta que é imperiosa a minoração do valor das *astreintes* para que este se adeque aos parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando-se, por consequência, o enriquecimento sem causa da parte adversa. Aduz ainda que a multa diária pode ser modificada em qualquer tempo, seja na fase de conhecimento, seja na execução, não havendo que se falar em violação à coisa julgada.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o relatório.

Recife

28-1-2014

Des. Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL	
Recurso de Agravo no AI 0326129-6	NPU 0001047-73.2014.8.17.0000
Agravante:	HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo
Agravado:	Ewerton Kleber e Advogados Associados
Relator:	Des. Bartolomeu Bueno
VOTO	

O recorrente reitera a sua pretensão de reduzir o valor da multa diária, alegando que o valor desta não é razoável e a sua manutenção proporcionaria o enriquecimento sem causa da parte adversa. Todavia, tal pretensão não merece acolhida, pelos fundamentos já expostos na decisão recorrida, cujo trecho transcrevo:

As *astreintes* possuem caráter nitidamente coercitivo. Logo, o escopo precípua desse instituto é compelir o demandado a cumprir a obrigação específica e por tal motivo, o valor da multa não pode ser ínfimo, ao ponto de não representar qualquer pressão para o devedor. Sob esse diapasão, Nelson Nery Jr, em comentários ao aludido dispositivo da legislação processual revela:

“O valor da multa deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das *astreintes* não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista do seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz” (NERY JR. Nelson. 2007. p. 673)

Portanto, considerando que a multa cominatória é imposta para compelir alguém a cumprir uma determinada obrigação e, no caso concreto, o destinatário da obrigação de fazer, ordenada pelo magistrado da instância de origem, é uma instituição financeira, não cabe a redução do valor de R\$ 500,00, sob pena de contribuir para a ineficácia da ordem judicial, além de desvirtuar a natureza da multa.

Dessa forma, o valor da multa diária, arbitrado em R\$ 500,00 pelo magistrado *quo* na decisão interlocutória, se encontra dentro dos limites do razoável e não pode ser reduzido, sob pena de desvirtuar a sua natureza coercitiva de tal medida.

Ainda sobre esse tema, colhem-se os seguintes precedentes do STJ:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TUTELA DEFERIDA PARA RETIRADA DO NOME DO DEVEDOR DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. MULTA COMINATÓRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. PATAMAR RAZOÁVEL. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos. 2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (STJ, 3ª T., AgRg no AREsp 78935/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, j. 04/10/2012, in DJe 08/10/2012).

Nota - Valor da multa diária (astreintes): R\$ 500,00 (quinhentos reais).

[Assinatura]


AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - ACÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - ASTREINTES - QUANTUM ADEQUADO - AFASTANDO A INTERVENÇÃO EXCEPCIONAL DESTA CORTE SUPERIOR - RECURSO IMPROVIDO. (STJ, 3ª T., AgRg no AREsp 166267/MG, Rel. Min. Massami Uyeda, j. 21/06/2012, in DJe 29/06/2012)

Notas - Valor da multa diária (astreintes): R\$ 500,00 (quinhentos reais).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO CONTRA DECISÃO DE INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. PROIBIÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DA AGRAVADA NO ROL DE INADIMPLENTES. ART. 14 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VALOR DA MULTA DIÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. (...) 2. No que tange ao cabimento da multa diária (astreintes), a jurisprudência do STJ é firme no sentido de ser possível a aplicação da referida penalidade como meio coercitivo para o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos do art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil. Destarte, pode o juiz impor multa diária por descumprimento de decisão judicial que determina a inclusão do nome do agravado em folha de pagamento, com vistas ao restabelecimento da pensão, situação ora em apreço. Precedentes. 3. A revisão do valor fixado a título de astreintes só é cabível em face da exorbitância ou do caráter irrisório do montante arbitrado, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Todavia, essa excepcionalidade não ocorreu no caso em exame, na medida em que o arbitramento da multa diária, em quinhentos reais (R\$ 500,00) - em caso de descumprimento de determinação judicial de não inscrição da ora agravada em cadastro de inadimplentes -, não se mostra exorbitante, nem desproporcional à obrigação imposta. 4. Agravo regimental não provido. (STJ, 4ª T., AgRg no AREsp 47196/MG, Rel. Min. Raul Araújo, j. 27/03/2012, in DJe 30/04/2012)

À luz de tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.

Recife, 29-1-2014


Des. Bartolomeu Bueno
Relator